

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

DEMOCRACIA E DIREITO À CULTURA





Conselho Municipal
de Política Cultural




APRESENTAÇÃO

Uma política cultural à altura das potencialidades e riquezas de Campinas deve ser formulada com o diálogo entre órgãos e gestores de cultura do município trabalhando em conjunto com trabalhadoras e trabalhadores da cultura, com foco na população, que é a beneficiária do Sistema Municipal de Cultura.

Neste momento, estamos vivendo um novo ciclo de conferências que integram o Sistema Nacional de Cultura e o chamamento para a 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ªCNC) amplia o diálogo em todo o país para nos voltarmos para as políticas públicas da Cultura, abrindo espaço para a diversidade de vozes se expressarem e contribuírem para o fortalecimento dos direitos culturais e da democracia no país. Em um contexto de retomada democrática, a participação social se torna ainda mais estratégica e os municípios têm o papel de iniciar esse processo, trilhando o caminho da garantia de plenos direitos culturais, em todo o território nacional. Além disso, a 4ªCNC contribuirá para a revisão do Plano Nacional de Cultura e para a compreensão de como as políticas culturais podem proporcionar um diálogo contínuo entre Estado e sociedade civil.



Nesse sentido, a 5ª Conferência Municipal de Cultura (5ªCMCC) representa uma oportunidade importante para refletir criticamente e propor inovações que beneficiem não apenas os setores culturais e promovam igualdade social, combatam o racismo, o sexismo, a exclusão e outras formas de discriminação, mas também apresentem novas aprendizagens para o setor público.



A conferência é uma grande oportunidade de encontro e construção para o futuro. É uma trilha, onde governo e sociedade civil podem caminhar lado a lado, olhar para trás, avaliar o passado, refletir sobre o presente e traçar planos com maturidade e metodologia para a convergência de interesses.

Que a democracia e o direito à cultura, tema central da 4ªCNC e 5ªCMCC estejam presentes nestes três dias de conferência

Alexandra Caprioli

Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Campinas



EIXO 1

INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Objetivo: É preciso progredir na institucionalização da cultura. Nesse sentido, é necessário aprofundar o debate sobre marcos e instrumentos legais.

A importância das políticas culturais e sua relação com a institucionalidade da cultura são temas cruciais. As políticas culturais no Brasil frequentemente sofrem com descontinuidades e desafios, tornando essencial repensar a institucionalidade da cultura. Além disso, a importância da participação ativa da sociedade civil na formulação de políticas, exemplificada pela criação das leis emergenciais, tais como a Lei Aldir Blanc I e II, evidencia como a institucionalização da cultura é percebida como um meio para concretizar os direitos culturais, em vez de ser um objetivo em si.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um instrumento fundamental, cuja efetividade ainda precisa ser fortalecida, e a participação da sociedade civil e a realização de conferências de cultura são elementos cruciais para fortalecer o SNC. Além disso, é importante considerar as perspectivas sociais, como gênero, raça e etnia, na formulação dessas políticas e a necessidade de atender às especificidades regionais do Brasil. No caso de Campinas, o Sistema Municipal de Cultura segue na mesma linha.

O financiamento público e orçamentário adequado para o setor cultural, por meio de orçamentos públicos, fundos de cultura e incentivos fiscais, devem ser debatidos periodicamente, garantindo a participação da sociedade civil e a distribuição adequada de recursos para promover o acesso à cultura e o desenvolvimento cultural local.

Conceitos sugeridos: Institucionalidade; Marcos Legais; Continuidade nas Políticas Culturais; Direito Cultural; Mecanismos de Participação Social; Valores Democráticos; Cidadania Cultural; Constituição Federal; Sistema Nacional de Cultura; Pacto Federativo; Políticas Nacionais Estruturadoras; Plano Nacional de Cultura; Sistemas Setoriais de Cultura; Financiamento Público; Valorização dos Servidores; Capacitação de Gestores.

Pergunta geradora: Quais ações são necessárias para fortalecer e garantir a continuidade das políticas culturais?

EIXO 2

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA E PARTICIPAÇÃO

Objetivo: Debater e reforçar o lugar da participação social na elaboração e acompanhamento das políticas públicas.

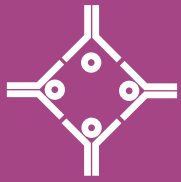
No campo das políticas culturais, a participação e a escuta social são essenciais para promover a cidadania, democratizar o acesso à cultura e impulsionar o desenvolvimento cultural do país. A descentralização das políticas culturais é inseparável da criação de mecanismos de participação e controle social. A participação na cultura se manifesta através de diversas formas de expressão artística e cultural, muitas vezes envolvendo coletivos, grupos e comunidades. Os Conselhos de Políticas Culturais desempenham um papel crucial como espaços públicos que concretizam os princípios de participação popular e descentralização, expressos na Constituição Federal de 1988.

No entanto, o Brasil ainda enfrenta desigualdades sociais evidentes, desde a concentração de recursos e de equipamentos culturais em certas regiões até as disparidades regionais e os impactos das mudanças tecnológicas nos circuitos culturais. A acessibilidade nos espaços culturais para pessoas com deficiência é um aspecto fundamental, promovendo seu protagonismo e inclusão no cenário cultural. Além disso, a baixa participação política e social contribui para a ampliação das desigualdades no acesso à cultura, destacando a importância de fortalecer canais de participação, como conferências, conselhos, coletivos e redes.

Reforçar a participação social é fundamental para fortalecer a democracia e o setor cultural. A abertura de novos canais de participação e o aprimoramento das formas de representação, mobilização e engajamento são necessários. A escuta social permite a inclusão de vozes de diversas origens, contribuindo para a formulação, acompanhamento e controle das políticas culturais. Questões de gênero, raça, pessoas com deficiência e inclusão social de grupos historicamente marginalizados são dimensões importantes das políticas culturais, visando à democratização do acesso à cultura e à promoção da igualdade em uma sociedade mais justa e inclusiva.

Conceitos sugeridos: Exercício de Cidadania; Participação; Escuta Social; Democratização; Descentralização da Política social; Controle Social; Conselhos de Políticas Culturais; Acessibilidade Cultural; Participação da vida cultural; Conferências; Fortalecimento da Democracia; Políticas Afirmativas; Superação das desigualdades.

Pergunta geradora: Que mudanças são necessárias à ampliação e consolidação de mecanismos de participação social na Cultura?



5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE CULTURA
DEMOCRACIA E DIREITO À CULTURA

EIXO 3

Identidade, Patrimônio e Memória

Objetivo: Debater e reconhecer o direito à memória, ao patrimônio cultural e aos museus, valorizando as múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira.

O Eixo 3 destaca a importância do patrimônio cultural brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988 como bens de natureza material e imaterial que remetem à identidade, ações e memória dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira. Isso inclui desde marcos históricos até elementos do cotidiano que fortalecem a identidade cultural. O debate sobre Identidade, Patrimônio e Memória aborda concepções variadas de tempo e história. Por um lado, instrumentos como o registro e o tombamento ajudam a documentar o que a sociedade não deseja esquecer. Por outro lado, festas, rituais e cerimônias atualizam a memória de forma cíclica, transmitindo o que é importante para as próximas gerações.

O patrimônio cultural brasileiro abrange não apenas bens materiais, como edifícios e documentos, mas também formas de expressão, cultura popular, saberes tradicionais e a rica diversidade étnica e religiosa do país. Isso cria um cenário complexo, onde diferentes significados coexistem e geram debates legítimos e democráticos. Preservar e promover esse patrimônio implica reconhecer e valorizar práticas culturais de grupos historicamente marginalizados. O direito à memória é

fundamental em uma sociedade democrática interessada em reparar processos históricos que silenciaram vozes da diversidade étnica e cultural do país.

O Eixo 3 enfoca tarefas pendentes de reconhecimento, proteção e valorização de práticas e bens culturais, especialmente daqueles grupos sociais historicamente invisíveis e estigmatizados. Convida a sociedade a participar ativamente nas decisões sobre o que e como preservar, levando em consideração as diferenças e reconhecendo as desigualdades sociais e a rica diversidade cultural brasileira.

Conceitos sugeridos: Patrimônio Cultural; Constituição Federal; Exercício Identitário; Diversidade Étnica e Cultural do País; Direito à Memória; Museus; Acervos; Arquivos

Pergunta geradora: De que forma a sociedade brasileira pretende garantir o direito à memória e aos bens culturais das populações que tiveram suas vozes apagadas, omitidas, desprezadas e preteridas na história oficial do país?



5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE CULTURA
DEMOCRACIA E DIREITO À CULTURA

EIXO 4

Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

Objetivo: Fortalecer e criar mecanismos que garantam a proteção, a acessibilidade e a promoção da diversidade das expressões artísticas e culturais e a garantia de direitos para todas as pessoas.

Este eixo concentra-se na criação de mecanismos que reconheçam a diversidade das expressões culturais e promovam a identidade dos territórios culturais no Brasil. Isso envolve o compromisso com a diversidade e os direitos, abordando questões como acessibilidade cultural e a luta contra o racismo, a LGBTQIA+fobia, o genocídio da população negra, o extermínio de povos indígenas, o feminicídio, o racismo religioso, os estigmas contra comunidades ciganas e o capacitismo, bem como todas as formas de discriminação associadas. A diversidade cultural é compreendida como um direito fundamental, reconhecendo que cada sujeito, grupo, localidade e território possui práticas culturais diversas em constante evolução. No entanto, é importante lembrar que a celebração da diversidade não é suficiente; é necessária uma reflexão crítica que reconheça as desigualdades e diferenças sociais entre grupos e territórios.

Em relação à acessibilidade, não basta apenas garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso aos espaços culturais como consumidores; é igualmente importante considerá-las como produtoras de cultura. A acessibilidade deve ser acompanhada de uma abordagem anticapacitista

para garantir o pleno direito à cultura. A interculturalidade e a interseccionalidade são princípios fundamentais para abordar as expressões identitárias e territoriais da diversidade, incentivando a cooperação e o respeito entre as diferenças e promovendo igualdade de oportunidades e equidade social. A transversalidade de gênero e raça é uma dimensão crucial da política cultural do século XXI, que busca promover os direitos culturais de mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, negras, indígenas, quilombolas, de Matriz Africana e ciganas, bem como seu acesso aos meios culturais e seu protagonismo na sociedade brasileira. O debate deste eixo visa à criação de diretrizes que enfrentem o racismo, o sexismo, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo, o racismo religioso, o etarismo e as barreiras de acesso aos bens culturais.

Conceitos sugeridos: Diversidades das Expressões Artísticas e Culturais; Identidades e Territórios Culturais; Interculturalidade; Interseccionalidade; Ações Afirmativas; Transversalidades de Gênero, Raça e das Pessoas com Deficiência; Diversidade Sexual; Diferenças e Desigualdades; Acessibilidade na Política Cultural.

Pergunta geradora: Quais ações podemos adotar para garantir a promoção e proteção da diversidade cultural e os direitos, reconhecendo as diferenças, desigualdades e relações de poder entre sujeitos, grupos e territórios da sociedade brasileira, contribuindo para a construção de uma cultura democrática?



5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE CULTURA
DEMOCRACIA E DIREITO À CULTURA

EIXO 5

Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Objetivo: Ressaltar a importância da cultura para o desenvolvimento socioeconômico de Campinas, de São Paulo e do Brasil, por meio de políticas que fortaleçam as cadeias produtivas e as expressões artísticas e culturais e potencializem a geração de trabalho, emprego e renda.

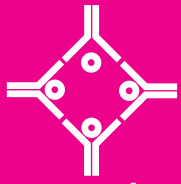
Neste contexto, a cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social, econômico e ambiental. A relação entre cultura e desenvolvimento deve abranger diversas dimensões, incluindo a econômica, social, simbólica, ambiental e climática. A economia da cultura e das indústrias criativas desempenham um papel significativo no Produto Interno Bruto (PIB) local, estadual e do país e emprega milhões de pessoas, destacando o potencial desse setor para a economia e o desenvolvimento. No entanto, além dos benefícios econômicos, é crucial considerar a sustentabilidade das cadeias produtivas locais, economias populares e solidárias e a diversidade cultural, a fim de garantir os direitos culturais.

Para alcançar essa sustentabilidade, é essencial que o Estado e a sociedade trabalhem juntos para apoiar artistas, grupos e comunidades culturais, promovendo políticas que valorizem a cultura em todas as suas formas. Isso inclui a regulamentação de profissões culturais, a formalização de empregos e a proteção social para trabalhadoras e trabalhadores da cultura. A formação e qualificação de artistas e empreendedores do setor também são vitais, assim como o fortalecimento dos mecanismos de fomento à cultura, além de uma diversificação desses mecanismos para atender às necessidades específicas da cultura.

A pandemia destacou a vulnerabilidade do setor cultural, com a perda de empregos e renda. No entanto, a aprovação de novas legislações, como a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc, oferece uma oportunidade para fortalecer a economia criativa do país e garantir a sustentabilidade financeira de agentes culturais. Superar os desafios enfrentados pelo campo cultural requer esforços contínuos para promover o financiamento da cultura, profissionalização e direitos de trabalhadores culturais.

Conceitos sugeridos: Fomento; Economia Criativa; Economia Solidária; Dimensões Econômica, Simbólica e Social; Indústria Criativa; Economia da Cultura; Trabalhadores da Cultura; Economias Populares; Cadeias Produtivas.

Pergunta geradora: Que políticas públicas podem colaborar de forma eficiente para o fortalecimento das cadeias produtivas e dos trabalhadores da cultura?



5ª CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE CULTURA
DEMOCRACIA E DIREITO À CULTURA

EIXO 6

Direito às Artes e Linguagens Digitais

Objetivo: O papel das artes em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes, e o acesso às linguagens artísticas e digitais são fundamentais para o fortalecimento da democracia na contemporaneidade. Isso implica a importância do Estado na construção de políticas para o desenvolvimento das redes produtivas dos setores das artes no Brasil.

As políticas culturais são importantes por considerar a arte como uma manifestação do simbólico e uma ação intrinsecamente ligada ao contexto cultural. É necessário valorizar a produção artística e as políticas culturais não devem apenas promover o fazer artístico, mas também garantir direitos, incluindo os trabalhistas, aos artistas. Além disso, é importante compreender a interseção entre arte e tecnologias digitais e a necessidade de avaliar seu impacto na produção, circulação, memória das artes e relação com o público na sociedade contemporânea.

O ensino formal das artes na educação básica, profissional e superior, bem como a promoção de ações educativas não-formais são poderosos estímulos para a criatividade, a expressão e o pensamento crítico, especialmente entre crianças e jovens. Para isso, é necessário que haja construção de políticas públicas que garantam o direito às artes e às linguagens digitais, envolvendo artistas, grupos, coletivos e espaços culturais em uma abordagem equilibrada entre produção, circulação e fruição artística.

Conceitos sugeridos: Direito às Artes; Linguagens Digitais; Redes Produtivas das Artes; Formação Artística; Democratização do Acesso; Públicos; Marcos Legais; Trabalhadores das Artes; Acessibilidade Cultural.

Perguntas geradoras: Como podemos criar espaços de diálogo de desenvolvimento das redes produtivas das artes na ampliação da produção, difusão e fruição das linguagens artísticas em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes? Como garantir o desenvolvimento das redes produtivas digitais das artes no caminho da contínua evolução e ampliação do acesso às linguagens artísticas em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes?

Dário Saadi
Prefeitura Municipal de Campinas
Prefeito

Alexandra Caprioli
Secretaria de Cultura e Turismo de Campinas
Secretária



Kaian Ciasca
Conselho Municipal de Política Cultural de Campinas
Presidente

Comissão Organizadora da 5ª CMCC (Portaria nº 016/2023 de 11/09/2023)

Representantes do Poder Executivo Municipal

Gabriel Guedes Rapassi (coordenador)

Adriane Marques Fernandes
Letícia Francyne Lourenco de Mello Arriel
Luiz Guilherme Weiss Franco de Campos
Maria Cecília Pires de Campos



Mário César Borges Marques
Ricardo Pereira da Silva
Rodrigo do Nascimento
Rosângela da Glória Novais Reis
Sandra Regina Peres
Veridiana Weinlich
Viviane Sanção Lemes de Jesus

Representantes da Sociedade Civil

Samuel de Freitas Lorenzetti
Maíra Schiavinato Massei
Rosalina Odete Baptistella Mambre

